

ELEIÇÕES

Senado será a trincheira de Lula

Com oposição em vantagem, Planalto articula nomes fortes para impedir maioria conservadora capaz de afrontar o Supremo Tribunal Federal e governo em 2027

» VICTOR CORREIA
CAETANO YAMAMOTO*

O Senado será o principal foco da base governista na disputa ao Congresso em 2026. Ante uma movimentação intensa da oposição — que larga em vantagem — para obter maioria na Casa Alta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aliados apostam em nomes competitivos para tentar impedir que a direita consiga mais de 41 cadeiras no Senado, o que facilitaria a aprovação, por exemplo, de pedidos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a derubada de decisões do petista. Estarão em disputa 54 das 81 cadeiras, dois terços do total, e duas vagas por unidade da Federação. Embora as articulações ainda estejam em andamento, sem candidaturas confirmadas, já circulam nomes que podem ser apoiados por Lula em boa parte dos estados.

A disputa ao Senado preocupa o Planalto, ao menos, desde o início do ano. Lula demonstrou isso em junho, ao participar de um congresso do PSB, em Brasília. "Em 2026, precisamos eleger senadores da República. Se esses caras (oposição) elegerem a maioria dos senadores, vão fazer uma muvuca nesse país", disse o presidente. "Para o Brasil, tem que pensar onde a gente pode eleger, e pegar os melhores quadros. E eleger senador, deputado, porque nós precisamos ganhar maioria no Senado. Se não, vão avacalhar com a Suprema Corte", acrescentou.

A preocupação ocorre porque, das 27 vagas que não serão alteradas no Senado, que foram disputadas em 2022, 14 são ocupadas pela direita. Dessa forma, para obter a maioria de 41 senadores, a oposição precisa conquistar 27 cadeiras em 2026. Desses 27, 11 são de senadores da direita que vão tentar a reeleição, com grandes chances de sucesso. Portanto, as 16 restantes serão as disputas mais importantes. Para aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, o objetivo da disputa é criar condições para o impeachment de ministros do STF. Isso ganhou força após o ministro Gilmar Mendes tentar limitar regras para esses pedidos, e o Senado protocolar uma proposta para rever a Lei do Impeachment, que pode acabar facilitando o impedimento de magistrados.

Para o governo, o cenário mais sólido está no Rio Grande do Sul, onde os pré-candidatos já lançados são o ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e deputado federal Paulo Pimenta (PT), e a ex-deputada Manuela D'Ávila (PSOL). Eles devem disputar contra os deputados Marcel Van Hattem (Novo-RS), Ubiratan Sander (PL-RS) e o senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Em outros estados, porém, a definição ainda passa pelo estudo de viabilidade dos candidatos mais próximos ao governo, pelas disputas políticas regionais e alianças com outras legendas. Em decisão de sua Executiva Nacional, o PT admite a possibilidade de acordos com siglas como MDB, PSD, PSB e PDT, caso não haja nomes próprios viáveis.

Em São Paulo, maior colégio eleitoral, o cenário é difuso. Lula já expressou a preferência pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como candidato a senador. Também há possibilidade de uma candidatura do ministro ao governo paulista, caso o atual governador, Tarcísio de Freitas, tente alçar voo à Presidência da República. Haddad, porém, resiste a concorrer e diz querer apenas integrar a campanha do presidente à reeleição. Há a possibilidade também de que o vice-presidente Geraldo Alckmin concorra ao Senado ou ao governo de São Paulo. Em conversa com jornalistas no início de dezembro, o presidente do PT, Edinho Silva, afirmou que a escolha

Os nomes prováveis

Embora as disputas ainda estejam indefinidas, aliados do presidente Lula já desenham as chapas ao Senado para 2026, com objetivo de não deixar a oposição alcançar a maioria de 41 cadeiras na Casa Alta. Veja alguns dos cotados:



Rio Grande do Sul
Deputado federal **Paulo Pimenta** (PT)
Ex-deputada federal Manuela D'Ávila (PSOL)



Ministro da Fazenda
Fernando Haddad (PT)
Ministra do Planejamento e Orçamento Simone Tebet (MDB)



Alagoas
Senador **Renan Calheiros** (MDB)

Santa Catarina
Presidente do Sebrae, Décio Lima (PT)

Bahia
Senador Jaques Wagner (PT)
Ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT)

Pernambuco
Senador Humberto Costa (PT)

Minas Gerais
Prefeita de Contagem, Marília Campos (PT)
Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD)

São Paulo
Vice-presidente **Geraldo Alckmin** (PSB)



Rio de Janeiro
Ex-deputado federal Alessandro Molon (PSB)
Deputado federal **Benedita da Silva** (PT)

Pará
Governador Helder Barbalho (MDB)
Ex-ministro do Turismo Celso Sabino (sem partido)

Paraná
Ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann

Paraíba
Governador João Azevêdo (PSB)

Piauí
Senador Marcelo Castro (MDB)

Rio Grande do Norte
Governadora Fátima Bezerra (PT)

Distrito Federal
Deputada federal **Erika Kokay** (PT)

Sergipe
Ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência Márcio Macêdo (PT)
Senador Rogério Carvalho (PT)



depende apenas de Alckmin.

"Na minha opinião, não é posição do PT, o Alckmin será o que ele quiser ser. Ele é, na minha avaliação, uma liderança nacional de primeira grandeza. Se ele quiser continuar sendo vice-presidente, ele será. Se quiser cumprir outra missão nas eleições de 2026, cumprirá", disse Edinho. O PSB, por sua vez, aposta na manutenção de Alckmin no Planalto. Também figura como possível candidata ao Senado a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. A ex-senadora, eleita por Mato Grosso do Sul, estuda mudar o domicílio eleitoral, já que, em seu estado, conservador, perdeu popularidade ao integrar o governo Lula.

Em Minas Gerais, também um dos principais colégios eleitorais do país, o PT dá preferência à prefeita de Contagem, Marília Campos (PT). Também é cotado o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), que se aproximou consideravelmente de Lula ao longo do mandato. No Rio de Janeiro, são os principais nomes o ex-deputado Alessandro Molon (PSB) e a deputada federal Benedita da Silva (PT).

Nordeste essencial

Estados da região Nordeste concentram grande parte do foco do Planalto, já que 18 das 54 vagas em



A disputa de 2026 não será apenas pelo Planalto, mas pelo controle do tabuleiro legislativo, onde, de fato, se decide a capacidade real de governar"

Eduardo Galvão, professor de políticas públicas

disputa estão lá — principal reduto eleitoral de Lula. Os estados concentram candidaturas de peso, seja com nomes do próprio governo, seja com alianças. Na Bahia, por exemplo, devem ser candidatos o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que busca a reeleição, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa. No Pará, estão no páreo o governador Helder Barbalho (MDB) e o ex-ministro do Turismo Celso Sabino, que atualmente está sem partido após expulsão pelo União Brasil, mas que conta com o apoio de Lula para concorrer.

Em Alagoas, o principal nome

governista é o do senador Renan Calheiros (MDB-AL), aliado de Lula, que possivelmente disputará com seu rival, o deputado Arthur Lira (PP-AL), cotado como o nome da oposição. No Maranhão, o ministro dos Esportes, André Fufuca, pretende disputar. Já no Rio Grande do Norte, o nome preferido é o da atual governadora, Fátima Bezerra, do PT. Em Sergipe, são esperadas as candidaturas do senador Rogério Carvalho (PT-SE) e do ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo.

Para o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Eduardo Galvão, a disputa pelo Senado, assim como pela Câmara, passa, também, pela governabilidade de um eventual quarto mandato de Lula, que "só terá estabilidade se vier acompanhado de uma estratégia efetiva para formar maioria na Câmara e no Senado". "Isso explica tanto o esforço do governo em reduzir a dependência do Centrão quanto a mobilização antecipada do campo bolsonarista para preservar a força legislativa. No fim, a disputa de 2026 não será apenas pelo Planalto, mas pelo controle do tabuleiro legislativo, onde, de fato, se decide a capacidade real de governar", segundo ele.

***Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dabr.com.br



O acordo Mercosul–União Europeia amplia a margem de manobra do Brasil

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia reposiciona o Brasil no tabuleiro internacional num momento de forte turbulência geopolítica mundial. A combinação entre o unilateralismo norte-americano, a crescente centralização da China na economia globalizada e a crise de governança regional na América do Sul exige do governo Lula que evite o alinhamento automático a qualquer polo de poder. Nesse aspecto, o acordo com a UE amplia a margem de manobra estratégica do Brasil tanto diante dos Estados Unidos quanto da China. Há que se destacar o mérito do Itamaraty, que persistiu na construção das bases do acordo com muita resiliência, durante 26 anos.

A política externa dos EUA sob a liderança de Donald Trump tem se caracterizado por ações unilaterais, rompimento de acordos internacionais e uso explícito de instrumentos econômicos e do seu poderio militar como alavancas de projeção de poder no mundo. A intervenção na Venezuela e a tentativa de reordenar o mercado global de energia sob tutela norte-americana são prova disso. Para países como o Brasil, isso cria um ambiente de pressão permanente: aceitar as regras impostas por Washington ou arcar com custos comerciais, financeiros e políticos. O mais difícil é encontrar um ponto de equilíbrio entre uma coisa e outra.

O novo ciclo na política mundial frustra a esperança de que a revolução tecnológica e o advento das redes sociais representariam um avanço irreversível da ordem democrática; ao contrário, constata-se forte pressão autoritária sobre as democracias representativas em razão da velocidade da modernização, ainda mais acelerada pela inteligência artificial, em contradição com lentidão da tomada de decisões nos Estados democráticos.

São linhas de força estruturalmente estratégicas dessas mudanças, mas com uma lógica regressiva: o uso da tecnologia e do poderio militar para impor escolhas estratégicas aos demais países, o que já resultou em duas guerras mundiais no século passado. É nesse contexto, por exemplo, que as relações do Brasil com o mundo serão redesenhadadas.

A China consolidou-se como o principal parceiro comercial do Brasil, absorvendo grande parte das exportações brasileiras, sobretudo de commodities agrícolas e minerais. Essa relação tornou-se tão intensa que gerou dependências e aprofundou contradições entre os interesses do nosso agronegócio e da nossa indústria, cujo principal mercado são os Estados Unidos, agora fechado devido às tarifas impostas por Trump aos nossos produtos de maior valor agregado. A concentração excessiva das exportações em um único mercado limita a capacidade de barganha do país e aumenta sua exposição a choques externos, disputas comerciais ou mudanças de orientação política.

É justamente nesse ponto que o acordo Mercosul-União Europeia se torna um ativo geopolítico novo e estratégico. Ao abrir acesso preferencial a um mercado de mais de 700 milhões de consumidores, o Brasil diversifica destinos de exportação, reduz vulnerabilidades e fortalece sua posição negocial; embora haja muitas restrições às commodities agrícolas brasileiras por parte da França, Holanda e Polônia, que votaram contra a aprovação do acordo, serão grandes os benefícios para a agricultura e a indústria brasileiras.

Ligações profundas

Sem depender excessivamente de um único parceiro — seja Washington ou Pequim —, o país passa a operar com um leque mais amplo de opções, condição essencial para preservar autonomia em um mundo que caminha para a divisão em áreas de influência. Os EUA querem controlar todo o Hemisfério Ocidental, a China avançou pelos Mares do Sul em direção à África e à América Latina; a Rússia continua sendo o fiel da balança estratégico-militar na Eurásia. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), fundamental para a defesa da Ucrânia na guerra com a Rússia, está sendo desprestigiada por Trump.

Do ponto de vista da relação com os Estados Unidos, o acordo com a UE funciona como contrapeso oportuno e muito importante. Permite ao Brasil resistir a acordos bilaterais assimétricos, sob pressão política ou econômica, sobretudo em relação aos produtos industrializados. A inserção em um grande bloco econômico baseado em regras, previsibilidade e instituições, aumenta nossa capacidade de resistência em temas comerciais, ambientais ou regulatórios. Não se trata de confronto, mas de equilíbrio: quanto maior a capacidade de diversificação, menor a vulnerabilidade à coerção.

O acordo com a UE não substitui a parceria sino-brasileira, mas também recalibra a relação com a China. Ao ampliar o acesso a mercados europeus, o Brasil reduz a concentração de suas exportações e ganha maior capacidade de negociar termos, investimentos e cooperação tecnológica com Pequim. A diversificação não enfraquece a relação com a China; abre a possibilidade de torná-la mais sustentável e menos assimétrica.

Para o Brasil, um Mercosul mais integrado e com acesso privilegiado à Europa reforça sua condição de ator relevante e difícil das tentativas de fragmentação política e econômica da região. Sem dúvida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva colhe uma grande vitória ao enfatizar o caráter multilateral do acordo Mercosul-União Europeia como resposta ao protecionismo e ao unilateralismo. Não se trata de uma escolha ideológica, é uma aposta pragmática. Do ponto de vista cultural, o Brasil está profundamente ligado à Europa, apesar da forte influência "americanista" na nossa economia e nos padrões de consumo.